

Japão quer mais mulheres ativas no mercado de trabalho

Aumentar a participação das super qualificadas mulheres japonesas no mercado de trabalho do país é uma das metas do governo do primeiro ministro Shinzo Abe. Dados divulgados em novembro do ano passado pelo governo japonês mostram que o país tinha 28,8 milhões de mulheres trabalhando em 2016, o equivalente a 44,3% da população feminina. Mas a pesquisa mostra que outras 2,7 milhões querem trabalhar mas não conseguem emprego.

[\(Valor Econômico, 22/02/2018 - acesse no site de origem\)](#)

O fenômeno, que no Japão é atribuído a questões como falta de creches, sejam públicas ou nos locais de trabalho, somadas à inexistência de horários flexíveis, não ocorre em outros países desenvolvidos como a Suécia, França, Alemanha e Estados Unidos.

O governo calcula que se a participação masculina e a feminina no mercado de trabalho convergirem até 2030, o PIB do Japão pode aumentar em quase 20%, enquanto a oferta de mão de obra diminuiria 5% quando comparada com um percentual de participação feminina inalterado. A queda da oferta de mão de obra aconteceria mesmo com a entrada de mais mulheres no mercado, uma vez que a população japonesa está em trajetória de declínio.

Uma pesquisa do Ministério de Assuntos Internos e Comunicações do Japão mostra que a participação feminina na força de trabalho faz uma curva em “M” nas idades em que as mulheres costumam casar ou ter o primeiro filho, o que as leva a deixar o emprego. A pesquisa mostra que se 81,7% das mulheres entre 20 e 24 anos estão no mercado de trabalho, esse percentual cai para 73,2% entre 30 e 34 anos e 71,8% entre 35 e 39 anos, subindo depois para 78,5% entre 45 e 49 anos.

O esforço para empregar e promover mais mulheres está sendo levado a sério em um país que tem uma população de 65 milhões de mulheres, segundo dados deste ano, muitas delas com alto grau de educação. Em 2015

o gabinete do primeiro ministro Shinzo Abe aprovou o “Quarto Plano Básico para Igualdade de Gênero”, que pretende reformar algumas práticas do mercado de trabalho, inclusive rural, incluindo a tendência a cumprir longas jornadas. Para alcançar o objetivo, algumas obrigações foram impostas para órgãos públicos e corporações privadas com mais de 300 empregados, entre elas a de contratar mais mulheres e aumentar a participação delas em cargos gerenciais e executivos.

Entre as metas para 2020 está, por exemplo, aumentar de 72,7% para 77% a taxa de emprego de mulheres com idade entre 25 anos e 44 anos; e também a participação de mulheres em cargos de direção de empresas privadas dos 10,3% verificados em 2016 para 15%. A preocupação com a integração de mais mulheres tem razões facilmente identificáveis, como assinala Kyoko Hokugo, diretora da divisão de difusão de gênero do Ministério de Relações Exteriores do Japão.

“A sociedade está envelhecendo e menos crianças estão nascendo. Tradicionalmente a mulher ficava em casa e uma minoria trabalhava fora. Mas agora mais delas trabalham fora de casa e achamos muito importante que elas queiram isso, pois ter mulheres qualificadas em casa é uma perda para a força de trabalho”, afirma Kyoko.

Dados de uma pesquisa sobre fertilidade no Japão mostram que o percentual de mulheres que continuam trabalhando após o nascimento do primeiro filho variava em torno de 40%, mas aumentou para 53,1% no período entre 2010 e 2014. Já o percentual de mulheres que deixaram o emprego depois de engravidar caiu de 42,8% no período de 2005-2009, para 33,9% nos cinco anos seguintes.

A jornalista Nami Abe, chefe do Centro de Inovação Editorial da Nikkei Inc., uma organização de mídia que tem 3,2 milhões de assinantes das edições impressa e digital, afirma que quando começou a trabalhar como repórter na empresa, em 1999, muitas mulheres saíam do emprego justo quando se tornavam produtivas para as companhias. Hoje, diz ela, alguns líderes de empresas japonesas acham que é preciso mudar o sistema de recursos humanos. “Trabalho flexível não é uma questão de gênero”, afirma.

Nami Abe afirma que o Japão está passando por uma fase de transição, e explica que a mentalidade já começou a mudar nas empresas japonesas com atuação global, mas o ritmo é mais lento entre as que operam apenas no país. Kyoko Hokugo, do Ministério de Relações Exteriores, explica que o primeiro ministro Abe tenta promover mulheres, mas muitos homens que hoje estão na liderança de empresas ainda têm “ideias antigas”.

Cláudia Schuffner

Mais de 40 países se unem para criar fundo internacional de aborto seguro

Cerca de 40 países participarão de uma conferência em Bruxelas na próxima quinta-feira (02/03) para [apoiar e financiar a criação de um fundo internacional de aborto seguro](#) que pretende compensar o corte financeiro a esse tipo de programa feito pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

[\(Opera Mundi, 28/02/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

O encontro internacional é uma resposta a Trump, que decidiu eliminar o financiamento que os EUA davam a uma série de agências de planejamento familiar e aborto que ajudavam milhões de mulheres em países em desenvolvimento.

“É fantástico que tantos países mostrem seu compromisso com as mulheres e meninas, que agora provavelmente já não terão acesso à educação sexual, à anticoncepcionais, ao cuidado na maternidade ou ao aborto segura”, disse a ministra de Cooperação da Holanda, Lilianne Ploumen, que propôs a criação do fundo.

O fundo proposto por Ploumen deverá compensar o corte de US\$ 600 milhões às ONGs especializadas no tema.



Ministra holandesa Lillianne Ploumen propôs criação de fundo internacional para aborto seguro após Trump retirar financiamento dos EUA a programas de saúde reprodutiva

“É preciso atenuar essa lacuna como for possível. Não podemos abandonar essas milhões de mulheres e meninas. Com uma ampla coalizão internacional, poderemos ir muito longe”, disse a ministra.

28

Já confirmaram participação no encontro vários países europeus, africanos e asiáticos como, por exemplo, Bélgica, Luxemburgo, Suécia, Finlândia, Canadá, Quênia, Etiópia, Moçambique, Vietnã, Nepal e Japão. A Holanda, como promotora da iniciativa, se comprometeu a fornecer 10 milhões de euros ao fundo.

Além dos governos, participarão da conferência internacional ONGs, fundações privadas e empresas de diferentes países.

Segundo diferentes órgãos, o corte de Trump permitirá 6,5 milhões de

gestações não desejadas, 2,2 milhões de abortos inseguros, e a morte de 21,7 mil mães jovens durante os próximos quatro anos.

Oposição japonesa será liderada por uma mulher pela primeira vez

Renho Murata, ex-modelo e jornalista, foi ministra de 2010 a 2012. Mulheres ocupam apenas 9,5% das cadeiras da câmara Baixa japonesa.

[\(G1, 15/09/2016 - acesse no site de origem\)](#)

A parlamentar Renho Murata foi escolhida nesta quinta-feira (15) líder do Partido Democrático (PD) do Japão, tornando-se a primeira mulher a liderar a oposição em um país marcado por uma pouca presença feminina na política.

A ex-modelo e jornalista de 48 anos, que foi ministra de 2010 a 2012, venceu de maneira arrasadora (obteve praticamente 60% dos votos) a corrida pela liderança contra o ex-ministro de Relações Exteriores Seiji Maehara e o deputado Yuichiro Tamaki.

Sua escolha ocorreu depois que outras duas mulheres conseguiram assumir nos últimos meses postos de muita relevância na política japonesa: A governadora de Tóquio, Yuriko Koike, e a ministra da Defesa, Tomomi Inada.

Renho chega à liderança do PD em um momento de grande fraqueza para esta formação de centro que conseguiu resultados muito decepcionantes em todas eleições realizadas após sua questionada gestão no governo de 2009 a 2012.

O principal desafio desta ex-apresentadora de televisão, membro da ala mais progressista de sua formação, é recuperar a credibilidade do PD para se

transformar de novo em uma alternativa de governo contra o imbatível Partido Liberal-Democrata (PLD) do primeiro-ministro Shinzo Abe.

Parlamentar desde 2004, Renho é filha de um taiuanês e, apesar de ter nascido no Japão, não adquiriu nacionalidade até os 17 anos.

Este assunto foi uma das principais polêmicas antes de sua escolha já que teve que reconhecer, após ter negado a princípio, que mantém dupla nacionalidade, algo que não é recomendado pelas autoridades japonesas.

Sua escolha é vista como um grande passo no posicionamento da mulher no Japão, um país que sendo a terceira potência econômica do mundo conta, com taxas de participação feminina na política inferiores a estados como Botsuana, Libéria ou Gana.

Apenas 45 das 475 cadeiras da câmara Baixa japonesa estão ocupadas por mulheres, o que representa 9,5%, segundo um estudo publicado pela União Interparlamentar Internacional.

O Executivo japonês, no qual só há três ministras frente a 16 ministros, se comprometeu a conseguir para 2020 que as mulheres ocupem 30% de altos postos, embora o próprio primeiro-ministro tenha reconhecido que não alcançará esse objetivo.

Antigas escravas sexuais do Japão na Segunda Guerra ganharão US\$ 90 mil

Valor da indenização para mulheres na Coreia do Sul é considerado baixo no país

[\(O Globo, 25/08/2016 - acesse no site de origem\)](#)

O governo da Coreia do Sul informou nesta quinta-feira que mulheres forçadas à escravidão sexual por militares japoneses durante a Segunda Guerra Mundial poderão receber cerca de US\$ 90 mil cada (cerca de R\$ 300 mil) por meio de uma fundação que será financiada pelo governo do Japão.

Este é um assunto espinhoso na relação entre os dois países orientais. Estima-se que o exército imperial japonês tenha obrigado até 200 mil mulheres a serem escravas sexuais de soldados durante o conflito. Dessas, a maioria era sul-coreana, mas também haviam chinesas, filipinas, indonésias e outras mulheres asiáticas. Muitas delas foram raptadas de casa e enviadas ao exterior para trabalhar em bordéis, conhecidos como “estações de mulheres de conforto”.

Segundo estudos sobre o tema, três quartos as antigas “mulheres de conforto” morreram durante o conflito. Há décadas, centenas de sobreviventes exigem na Justiça compensações milionárias e um pedido de desculpas formal e público do governo japonês, o que só aconteceu em dezembro do ano passado, quando também foi acertado que o país nipônico pagaria cerca de US\$ 9 milhões às 46 coreanas escravizadas que estão ainda vivas. Já as famílias de 196 vítimas que já morreram receberão US\$ 18 mil (cerca de R\$ 56 mil) cada.

O acordo foi muito criticado na Coreia. Muitos dizem que o governo aceitou bem menos do que deveria na defesa das vítimas. Ainda assim, em troca do dinheiro, a Coreia do Sul promete não criticar mais o Japão sobre o assunto e tentar resolver a questão de uma estátua representando as vítimas e colocada há anos em frente à embaixada do Japão em Seul, a capital da Coreia do Sul.

Quem é a mulher que comanda

Tóquio, próxima sede da Olimpíada, por Beatriz Montesanti

(Nexo, 21/08/2016) Yuriko Koike receberá de Eduardo Paes o bastão dos Jogos. Ela assume o governo da capital do Japão após campanha marcada por comentários machistas e polêmicas relacionadas ao evento de 2020

Foram 2,9 milhões de votos recebidos por Yuriko Koike, em agosto de 2016. O número, nada modesto, a transformou na primeira governadora mulher de uma das maiores metrópoles do mundo, Tóquio.

Antes da vitória, a própria candidatura de Koike já foi um feito à parte. Aos 64 anos, ela se lançou contra a vontade de seu próprio grupo político, o Partido Liberal Democrata (LDP, na sigla em inglês), do primeiro-ministro Shinzo Abe.

Sem amparo, sua campanha foi ainda marcada por uma avalanche de ofensas machistas no que foi considerada uma das eleições mais negativas do país, segundo a [BBC](#).

“Traidora”, “usa muita maquiagem” e “vestida como uma mulher, mas é um homem agressivo” foram alguns dos comentários proferidos pela oposição no período.

Boa parte deles feitos pelo ex-governador da capital, Shintaro Ishihara, contrariado com os bons números de Koike. “Não podemos deixar Tóquio para uma mulher que usa muita maquiagem”, disse ele em uma ocasião.

No Japão, chama-se “governador”, e não prefeito, o líder do governo de uma cidade, pois a divisão administrativa do país é diferente. No caso, Koike lidera o Governo Metropolitano de Tóquio, que abrange as cidades contidas na metrópole que inclui a capital do país.

O desafio dos Jogos após um período conturbado

Terminada a campanha, um dos maiores desafios da nova governadora é assumir a capital japonesa em meio aos [escândalos políticos](#) envolvendo o governo e tornados públicos nos últimos meses.

A eleição de agosto aconteceu após o então governador, Yoichi Masuzoe, [renunciar](#) devido a acusações de que teria usado dinheiro público para pagar por férias, brinquedos e gibis para seus filhos.

Antes dele, o governador Naoki Inose renunciou devido a um escândalo financeiro revelado logo após a metrópole ser escolhida em 2013 como cidade-sede da Olimpíada de 2020. Desde então, a preparação para os jogos tem sido cercada por polêmicas e atrasos.

Koike também terá o desafio de governar com um assembleia legislativa dominada por uma coalizão majoritariamente masculina e rancorosa, escreveu o jornal britânico [“Independent”](#).

No Rio de Janeiro para a cerimônia de encerramento, ela recebe de Eduardo Paes o bastão da Olimpíada neste domingo (21).

Filha de empresário do petróleo, âncora de TV

A nova governadora de Tóquio deixou o Japão nos anos 1970 para estudar no Egito, influenciada por seu pai, empresário do petróleo. Lá, obteve seu diploma de sociologia na Universidade do Cairo. Ela fala árabe fluentemente.

Âncora de televisão, entrou para a política em 1992, integrando a Câmara dos Representantes do Japão, o correspondente à Câmara dos Deputados brasileira. Em 2003, tornou-se ministra do Meio Ambiente e, em 2007, ministra da Defesa do atual governo de Shinzo Abe.

Em 2008, concorreu à presidência do LDP, seu partido, o que a tornaria primeira-ministra do país devido à constituição favorável na Câmara dos Representantes - foi a primeira mulher na história do partido a tentar o posto. Ficou em terceiro lugar.

Na ocasião, um apresentador de televisão perguntou se ela concorreria com força, em vez de beleza. “Naturalmente. Em primeiro lugar, eu não sou

bonita”, retrucou.

Com referências feitas durante a campanha a Hillary Clinton e Margaret Thatcher, Koike acabou sendo comparada pela mídia internacional à republicana Sarah Palin, devido à improbabilidade de sua candidatura.

“Hillary usou a expressão ‘teto de vidro’, mas no Japão não é vidro, é uma placa de ferro.”

Yuriko Koike

Ao se lançar candidata a primeira-ministra, em 2008

Politicamente, ela era vista como a candidata mais à direita entre os três principais concorrentes para a eleição do governo de Tóquio.

Sua principal bandeira é promover políticas voltadas para as mulheres. Quando criticada por Shintaro Ishihara e outros líderes da oposição, Koike riu e respondeu à mídia: “Estou acostumada.”

Mulheres na política

Em um ranking feito pelo Fórum Econômico Mundial sobre o poder de mulheres na política e economia, o Japão se encontra em 101º lugar, de 145 países - bem atrás das demais nações desenvolvidas.

No país, mulheres apenas tiveram concedido o direito de votar após a Segunda Guerra Mundial. Desde então, uma única mulher liderou um grande partido nacional, o Socialista. Elas constituem 9,5% da Câmara dos Representantes e, das 47 prefeituras do Japão, apenas sete contam com mulheres no cargo de governadora.

A chegada de Koike ao governo da capital do país, e uma das maiores cidades do mundo, é crucial, num período em que mulheres se destacam em posições de poder no mundo - Roma elegeu também sua primeira prefeita, Virgínia Raggi, enquanto Hillary Clinton pode se transformar na primeira presidente mulher dos Estados Unidos. O caminho, porém, ainda é longo em termos de igualdade de gênero na política.

Acesse no site de origem: [Quem é a mulher que comanda Tóquio, próxima sede da Olimpíada, por Beatriz Montesanti \(Nexo, 21/08/2016\)](#)

Tóquio elege sua primeira governadora mulher, Yuriko Koike

(Bom Dia Brasil, 01/07/2016) A cidade de Tóquio elegeu sua primeira governadora mulher. Yuriko Koike, de 64 anos, venceu com cerca de 44% dos votos e concorreu como independente, desafiando o próprio partido, o Liberal, e lançando sua candidatura mesmo sem aprovação



Yuriko será a responsável por tocar o projeto olímpico, já que Tóquio receberá os Jogos em 2020. Ela deve viajar ao Rio de Janeiro para participar do encerramento dos Jogos, onde irá receber a bandeira olímpica das mãos do prefeito, Eduardo Paes.

Ela também foi a primeira mulher ministra da Defesa do Japão, além de ter ocupado o mesmo posto na pasta do Meio Ambiente.

Assista à reportagem completa no vídeo acima.

Acesse no site de origem: [Tóquio elege sua primeira governadora mulher, Yuriko Koike \(Bom Dia Brasil, 01/07/2016\)](#)

Brasileira vítima de violência doméstica no Japão obtém autorização para voltar

(Bem Paraná, 02/07/2016) Uma ajudante geral brasileira vítima de violência doméstica no Japão conseguiu autorização judicial para voltar ao Brasil com os dois filhos após uma batalha burocrática. O nome da mulher não foi divulgado pela Defensoria Pública de São Paulo, responsável pela obtenção do alvará judicial que permitiu a regularização dos documentos e o retorno. A ajudante geral mora no Japão desde 1999. Aos 20 anos, ela embarcou com o marido para Nagoia, um grande polo de imigração de brasileiros. O casal teve dois filhos, o primeiro nascido em 2005 e o segundo em 2012.

Agredida constantemente pelo marido, a mulher procurou ajuda em um abrigo do governo japonês para vítimas de violência doméstica. Após a separação, segundo a Defensoria Pública, o marido voltou ao Brasil e nunca mais buscou informações sobre a família. A ajudante geral ficou no Japão com as duas crianças e conseguiu guardar dinheiro para comprar as passagens aéreas de volta. No entanto, para isso precisava do consentimento paterno para a renovação do passaporte do filho mais novo.

Além disso, a situação irregular a ameaçava de perder o direito de ficar no

abrigo e de ter os filhos levados para um orfanato. O caso foi parar na Defensoria Pública da União, que acionou a Defensoria Pública de São Paulo. O pai das crianças foi procurado, sem sucesso, o que levou a defensoria Claudia Aoun Tannuri a ajuizar uma ação de suprimimento de autorização paterna para emissão de passaporte. A Justiça acolheu o pedido em junho e, por meio de liminar, reconheceu a urgência e autorizou a emissão do passaporte.

Agora a ajudante geral está pronta para voltar ao Brasil com os dois filhos. “Era um caso aparentemente complexo, considerando o contexto da assistida e das crianças, que estavam em situação de vulnerabilidade por causa da violência doméstica. Além disso, envolvia outro país, com legislação diversa da brasileira”, diz a defensora Claudia. No entanto, a providência tomada após as tentativas de encontrar o pai das crianças foi considerada relativamente simples pela Defensoria, pois a ação judicial permitiu a regularização dos documentos e a autorização para a família voltar.

Acesse no site de origem: [Brasileira vítima de violência doméstica no Japão obtém autorização para voltar \(Bem Paraná, 02/07/2016\)](#)

Japão é primeiro país a criminalizar divulgação de material pornográfico de ex-parceiros

(Opera Mundi, 19/11/2014) Parlamento do país asiático aprovou projeto de lei que pune com multa e até três anos de prisão para quem praticar “vingança pornô”. Previsto para ser promulgado nesta semana, o projeto punirá quem divulgar material pornográfico (fotos ou vídeos) de ex-

companheiras ou ex-parceiros com multa de até 500 mil ienes (R\$ 11 mil) e prisão de até três anos. Além disso, exige-se também que os provedores de internet eliminem, no prazo de dois dias, os conteúdos de teor sexual na rede.

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Japão é primeiro país a criminalizar divulgação de material pornográfico de ex-parceiros \(Opera Mundi, 19/11/2014\)](#)

Premiê japonês nomeia mulheres para governo na tentativa de reduzir a discriminação feminina

(UOL Notícias, 05/09/2014) O novo gabinete do primeiro-ministro japonês, Shinzo Abe, terá cinco mulheres. Isso representa mais de um quarto em um Executivo de 18 membros, e um gesto do chefe de governo para a população feminina japonesa, muito preparada, mas quase não representada nos postos de comando políticos ou empresariais. Abe já havia antecipado como objetivo que as mulheres ocupassem 30% dos cargos de direção nas companhias e na representação política.

“Criar uma sociedade em que a mulher possa brilhar é um grande desafio que o governo está empreendendo”, declarou o primeiro-ministro em uma entrevista coletiva em Tóquio. Abe, do PLD (Partido Liberal Democrata), iguala agora o recorde de Junichiro Koizumi, em 2001, quando também incorporou cinco mulheres a seu Executivo. Das nomeadas agora, a mais conhecida no plano internacional é Yuko Obuchi, 40, filha do ex-primeiro-ministro Keizo Obuchi e que cuidará da pasta de Comércio e Indústria.

Obuchi já tinha ocupado a pasta da Mulher há seis anos, com 34, e aos 35 se tornou a primeira ministra japonesa a dar à luz durante seu mandato. É uma defensora da melhora dos sistemas para o cuidado de crianças, que facilitem a vida da mulher que trabalha fora de casa. As outras ministras, mais velhas, são responsáveis pela Justiça, Interior e Comunicações, Mulher e a última é a encarregada de resolver o problema dos japoneses sequestrados pela Coreia do Norte.

Com essas nomeações, Abe busca atrair eleitoras diante das eleições municipais do próximo ano, assim como promover sua fraca popularidade e dar exemplo em um país onde tradicionalmente as mulheres abandonam a vida profissional ao se casar e somente 11% dos cargos de responsabilidade na política ou nas empresas são ocupados por mulheres. Apenas 10% dos assentos no Legislativo correspondem a mulheres. O Fórum Econômico Mundial situa o Japão no 105º lugar entre todos os países em igualdade de gêneros.

Mas também há importantes razões econômicas para apoiar a incorporação da mulher ao mercado de trabalho: o Japão enfrenta um forte envelhecimento da população, baixa natalidade e importantes cargas sobre seu sistema de previdência social.

A remodelação do governo, que não afeta os principais ministérios, é a primeira realizada por Abe desde sua chegada ao poder, em dezembro de 2012, e busca dar energia ao Executivo em um momento em que seu pacote de medidas econômicas -conhecidas como Abenomics- dá sinais de esgotamento. No segundo trimestre do ano, a economia se contraiu 6,8% em relação ao mesmo período de 2013.

Macarena Vidal Liy

Acesse o PDF: [Premiê japonês nomeia mulheres para governo na tentativa de reduzir a discriminação feminina \(UOL Notícias, 05/09/2014\)](#)

Escola no Japão distribui cartilha de diversidade sexual a crianças e adolescentes

(*O Globo*, 27/06/2014) Uma escola pública no Japão distribui há cerca de um mês uma cartilha a crianças e adolescentes para mostrar toda a diversidade sexual do ser humano. Com o nome “De quem você vai gostar”, o material foi oferecido a alunos de escolas municipais de Saitama, na região metropolitana de Tóquio.

Com a ajuda de um infográfico, a cartilha mostra por meio de setas várias combinações sexuais possíveis entre as pessoas, explicando as diferenças entre heterossexuais, homossexuais, bissexuais, transsexuais e até assexuados. O texto é dirigido a estudantes que estão entrando na puberdade.



Com ajuda de setas, cartilha mostra diversidade sexual a alunos - Prefeitura de Saitama

Em um texto abaixo das setas, é dito que a orientação sexual é feita geralmente durante a puberdade, e que cada escolha é inata, apesar de pressões sociais. Leia um trecho abaixo.

“Quando os jovens atingem a puberdade, muitas vezes eles gostam de outras pessoas, e isso é chamado de atração sexual. Dependendo de quem gosta de uma pessoa, esta é a sua orientação sexual. A maioria é heterossexual, mas as pessoas que são homossexuais e bissexuais não formam um pequeno grupo. A orientação sexual é inata e não pode ser alterada por uma intervenção; por isso, não há necessidade de alterar suas preferências. Quando se trata de compreender a orientação sexual, deve-se levar tanto tempo quanto for necessário.”

A campanha chega em um momento complicado para a diversidade sexual no Japão. De acordo com uma pesquisa da Campanha do Laço Branco pelo Respeito à Vida, que ouviu 609 estudantes, 69% dos japoneses homossexuais já sofreram algum tipo de bullying, e 30% já pensaram em cometer suicídio. Além disso, 53% deles foram agredidos verbalmente, e 49% foram ignorados ou excluídos de grupos.

Acesse o PDF: [Escola no Japão distribui cartilha de diversidade sexual a crianças e adolescentes](#)